

VII-032 - ANÁLISE SOBRE O DESCARTE PELA POPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS VENCIDOS NO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM-ES COM CAMPANHA DE DESCARTE CORRETO

Aurimar de Paula Viana⁽¹⁾

Bióloga pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Especialista em Biologia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Especialista em Vigilância Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Engenharia de Saúde Pública e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bióloga na Prefeitura Municipal de Itapemirim.

Gustavo Galante Cordeiro⁽²⁾

Farmacêutico/Bioquímico pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialista em Análises Clínicas e em Vigilância Sanitária pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Especialista em Gestão de Saúde Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Farmacêutico na Prefeitura Municipal de Itapemirim.

Louise Langa Ferreira⁽³⁾

Estudante de Engenharia Química da Faculdade Pitágoras, Estudante de Biologia da Faculdade Universidade Paulista (UNIP). Estagiária no Núcleo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde da Prefeitura Municipal de Itapemirim (NUGERSSA/PMI).

Endereço⁽¹⁾: Rua Dom Helder Câmara, 61 – Itaipava – Itapemirim – ES – CEP: 29338-000 – Brasil – Tel: (28) 99275-9006 – email: aurimar_viana@hotmail.com

RESUMO

Pela facilidade de aquisição de muitos tipos de medicamentos é comum no Brasil a automedicação, com hábito de armazenamento numa caixinha, conhecida como “farmacinha caseira”. Este hábito traz diversos riscos à própria população, ocasionando ainda o problema do descarte incorreto destes, seja por estarem com validade vencida ou porque não irão mais utilizar, trazendo também danos ao meio ambiente. As principais causas apontadas são o desconhecimento e a falta de orientação por parte do poder público. Como medida para evitar os riscos citados, o Núcleo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itapemirim-ES promove uma campanha de descarte correto deste tipo de resíduo desde 2015, tendo como público-alvo a população, para que efetuem o descarte adequado, por meio de entrega voluntária dos medicamentos vencidos ou sem uso, com divulgação visual e orientação pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). O objetivo deste estudo foi fazer uma breve análise sobre a campanha e o descarte de medicamentos vencidos ou sobras de medicamentos feita pela população. Foi confeccionado cartazes para divulgação geral nos hospitais, clínicas, farmácias, drogarias e unidades de saúde. Também foi feito *flyer* para sensibilização junto às famílias com ajuda das ACS. Cada medicamento descartado foi contabilizado e caracterizado de acordo com sua apresentação, tipo de uso controlado ou não, condição das embalagens primária e secundária e validade. No período estudado 2015-2018, observou-se uma grande diversidade de medicamentos entregues pela população, tanto de uso controlado como de uso não controlado, demonstrando principalmente aquisição possivelmente exagerada ou automedicação pela quantidade de medicamentos de venda provavelmente sem prescrição médica ou receituário especial. São exemplos de medicamentos descartados psicotrópicos, antibióticos, expectorantes, antialérgicos e pomadas dermatológicas. Os resultados mostram que a população armazena muitos medicamentos vencidos em suas residências e mesmo os não vencidos, após sobrar do que foi prescrito. Pela análise realizada conclui-se que é necessário uma política de controle e sensibilização da população para evitar este armazenamento e prevenir os riscos de mal uso ou descarte incorreto, que a campanha deve continuar levando a mudança de hábito de guardar as sobras de medicamentos e que esta foi válida, tendo boa aceitação pelos munícipes.

PALAVRAS-CHAVE: Descarte de Medicamentos, Resíduos de Serviços de Saúde, Campanha Popular.

INTRODUÇÃO

De acordo com Alencar et al (2014) “ a descoberta e o desenvolvimento de fármacos em diferentes formas farmacêuticas possibilitaram grandes transformações e avanços nas atividades de assistência à saúde, sendo o medicamento uma tecnologia bastante difundida e utilizada.” Com um mercado farmacêutico cada vez maior e o Sistema de Saúde focado na doença, o uso de medicamentos se tornou fácil, habitual e excessivo, fatores que trazem riscos à população devido ao uso irracional destes e do seu descarte incorreto.

No Brasil é comum a automedicação, assim como a facilidade de aquisição de determinados medicamentos. Esta cultura acaba gerando nos domicílios um acúmulo de medicamentos. Geralmente, as famílias possuem uma caixinha com alguns medicamentos para uso em pequenas emergências (antigripal, analgésicos, antitérmicos vendidos sem receita médica). Nesta caixinha costuma-se ter também sobras de medicamentos controlados (antibióticos, entre outros) que provavelmente não mais serão utilizados, mas que ficam guardados até a expiração da sua data de validade ou mesmo após estarem vencidos por não saber o que fazer com estas sobras.

Segundo Guerrieri e Henkes (2017) é cada vez maior a preocupação com o descarte dos medicamentos vencidos e suas sobras pelo consumidor final, sendo estes considerados resíduos de serviço saúde. Os autores apontam ainda que devido ao grau de periculosidade e potencial risco poluidor, estas substâncias químicas podem causar danos ao meio ambiente e à saúde humana quando descartadas de qualquer forma.

O desconhecimento da população e a falta de orientação por parte dos poderes públicos ocasionados pela escassez de campanhas explicativas são as principais causas desse descarte inadequado apontada por Ferreira Pinto *et al* (2014).

O município de Itapemirim, localizado no sul do estado do Espírito Santo, conta em sua Vigilância Sanitária, com um Núcleo de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (NUGERSSA), criado no ano de 2014 para atuar no gerenciamento dos resíduos gerados nos serviços de saúde tanto da rede pública, quanto do setor privado. Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) “são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços definidos no Parágrafo 1º do Artigo 2º da RDC ANVISA no 222/18, que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final” (BRASIL, 2018).

Como dentre os resíduos de serviços de saúde incluem-se os medicamentos vencidos ou sobras de medicamentos que não serão mais utilizados, o NUGERSSA lançou no final do ano de 2015 uma campanha de descarte correto deste resíduos. Esta campanha foi direcionada à população com sensibilização para entrega voluntária de medicamentos vencidos ou que não seriam mais utilizados, tendo como principais meios de divulgação material impresso e orientação pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS).

Por ser um problema tanto de saúde pública como para o meio ambiente, é relevante pesquisar que tipos e quantidades de medicamentos que são acumulados pelas famílias em suas casas. O presente trabalho trata de uma breve análise sobre a campanha e o descarte feito pela população nos anos de 2016 a 2018, com a campanha de descarte voluntário, com entrega no NUGERSSA.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho é fazer uma breve análise sobre o descarte de medicamentos vencidos e sobras de medicamentos pela população devido à campanha de descarte correto no período de dezembro de 2015 à dezembro de 2018.

METODOLOGIA

A campanha de descarte correto de resíduos foi pensada pelo NUGERSSA, no ano de 2015 com o intuito de levar a população a realizar o descarte dos medicamentos vencidos ou sobras de medicamentos que não irão mais utilizar, por meio de entrega voluntária na sede do Núcleo, localizado no Departamento de Vigilância em Saúde.

Foram idealizados um cartaz (fig. 1) e um flyer (fig. 2) para divulgação da campanha. Este material gráfico foi elaborado pelo NUGERSSA e a arte feita pelo Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itapemirim. O cartaz foi fixado em todas as unidades de saúde, hospitais, drogarias e farmácias do município. Os flyers foram distribuídos pelas agentes comunitárias de saúde (ACS) nas residências das suas microáreas de atuação. Para que o trabalho de sensibilização porta-a-porta fosse mais efetivo, houve uma capacitação para as ACS sobre resíduos de serviços de saúde, seus riscos, cuidados no manejo e a importância de cada servidor fazer a sua parte da geração até o descarte destes resíduos. Nesta Capacitação, foi trabalhada a campanha e o papel de cada ACS para obtenção de bons resultados.



Fig 1: Cartaz elaborado pelo NUGERSSA (2015)



Fig 2: Flyer elaborado pelo NUGERSSA (2015)

Como uma etapa do processo de descarte voluntários de medicamentos vencidos, visando facilitar e estimular ainda mais a população a aderir a campanha, pretende-se que em cada Unidade de saúde tenha uma caixa coletora. Atualmente, o NUGERSSA está tentando adquirir uma caixa personalizada para que o descarte aconteça na unidade de saúde dos bairros, porém enquanto isso não acontece, as pessoas continuam fazendo a entrega voluntariamente dos resíduos de medicamentos na sala do Núcleo, no centro da cidade.

Cada medicamento é contabilizado numa tabela com algumas características para serem usadas em análises e estudos, conforme pode ser visto na figura 3.

DESCARTE DE MEDICAMENTOS										
Item	Data de Entrega	Principio Ativo	Concentração	Uso Controlado	Apresentação 1.Drágua 2.Cápsula 3.Comprimido 4.Suspensão 5.Ampola 6.Frasco 7.Aerosol 8.Tubo 9.Sachê 10.Carpules 11.Pote 12. Bisnaga 13. Flaconete	Quantidade	Embalagem		Validade	Observação
							Primaria (Dentro)	Secundaria (Caixa)		

Fig. 3: Tabela usada para cadastrar cada medicamento ou sobra de medicamento descartado pela população do município.

Periodicamente, os resíduos de medicamentos descartados pelos municípios são enviados pra destinação final, que em Itapemirim, ocorre por um serviço de coleta externa e destinação final terceirizados pelo poder público. No momento de saída do Nugerssa, faz-se a pesagem do quantitativo descartado ate aquele momento.

A análise e orientações sobre a campanha de descarte de medicamentos tem a supervisão do farmaceutico da Vigilância Sanitária do município. Com relação à presente análise, esta foi realizada com base nos dados obtidos pela tabela mostrada na figura 3.

As análises feitas são trabalhadas em capacitações com os servidores da Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de integrá-los na campanha e de desenvolvimento de ações que evitem o acúmulo de medicamentos pela população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os medicamentos descartados no NUGERSSA são descaracterizados e é feita a separação do que é reciclável como caixas e bulas de papel, do resíduo perigoso, com destinação diferente. Na tabela 1 é mostrado a quantidade em quilogramas de medicamentos descartados por periodos semestrais ou anuais.

Um levantamento feito pelo NUGERSSA, em 2016, apontou os resultados mostrados nas tabelas 2, 3, 4 e 5. Importante destacar a quantidade em quilogramas do primeiro período da campanha, no período de 22 de dezembro de 2015 a 27 de julho de 2016, compreendendo o primeiro descarte na quantidade de 9,4 kg.

No período estudado, observou-se uma grande diversidade de classes de medicamentos entregues pela população, tais como: antibiótico, polivitamínicos, analgésicos, antiinflamatório, de uso controlado, expectorantes, antialérgicos, antiácidos, repositor da flora intestinal, antimicóticos, antigases, hipertensão, diurético, antiméticos, os quais estavam armazenados nas residências. Observa-se ainda que há aquisição possivelmente exagerada ou automedicação pela quantidade de medicamentos de venda provavelmente sem prescrição médica ou receituário especial.

Houve o descarte voluntário neste período de 768 itens no total, os quais foram analisados neste trabalho. Ocorreu casos de a mesma pessoa realizar mais de um descarte.

Tabela 1: Descarte de medicamentos pelo Nugerssa para destinação final no período de 2015-2018

Ano	Pesagem (Kg)	Período
2015/2016	15,8	25/12/2015 á 29/12/2016
2017	3,38	09/01/2017 á 22/11/2017
2018	5,12	01/02/2018 á 06/12/2018
Total	24,3kg	

Pelos dados mostrados na tabela 1 nota-se uma variação na quantidade entregue, com um descarte mais expressivo no primeiro ano da campanha, considerando que esta foi lançada no mês de dezembro de 2015, no qual já ocorreu descarte voluntário. No ano de 2017, 2º ano da campanha, houve uma redução acentuada de descarte, o qual voltou a subir no ano de 2018. Esta variação pode ter varias hipóteses, como menor acúmulo nas residências após a campanha, armazenamento pela famílias até o vencimento da validade do medicamento, dentre outras. Nesse sentido, cabe uma investigação mais minuciosa e específica junto às famílias por comunidade.

Dentre os medicamentos descartados, os de uso controlado oferecem grande risco, como por exemplo o medicamento com princípio ativo estazolam, classificado como psicotrópico, geralmente tomado para insônia, ao longo do tempo pode ocasionar perda de memória. Outro medicamento descartado é a sertralina, usada como inibidor de apetite, cuja venda depende de receituário de controle especial. O seu descarte incorreto pode deixar a substância acessível a outras pessoas, como catadores de lixo, usuários de drogas. E seu uso pode causar pensamentos de suicídio.

Com relação ao risco para as crianças, tanto o armazenamento doméstico, quanto o seu descarte incorreto, o medicamento contendo os princípios ativos Brometo de fenoteno + Brometo de ipratrópio, usado como broncodilatador por portadores de bronquite/asma crônica, oferece grande risco devido à sua toxicidade, poucas gotas podem trazer risco de morte, pelos seus efeitos no sistema cardiovascular. Este foi um dos medicamentos descartados pela população no anos anos de 2016 e 2018, sendo que no último ano foi descartado em maior quantidade.

Tabela 2: Quantitativo por tipo de apresentação do medicamento no ano de 2016

QUANTITATIVO POR TIPO	
Drágea	0
Cápsula	5
Comprimido	44
Suspensão	12
Ampola	2
Frasco	68
Aerossol	8
Tubo	25
Sachê	21
TOTAL	185

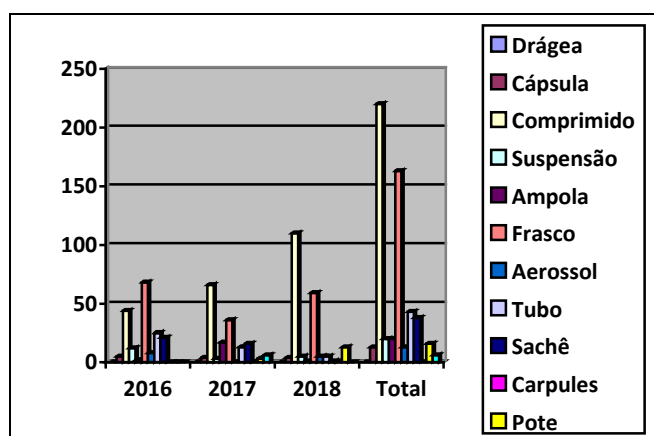


Figura 4: Quantitativo por tipo de apresentação do medicamento em unidades no período de 2016 a 2017

No gráfico mostrado na fig. 4, pode-se observar uma variação na quantidade de apresentação do medicamento de um ano para o outro, com predominância de comprimidos em 2017 e 2018 e de frascos em 2016. Por sua vez, na quantidade total predomina o medicamento em forma de comprimido. Este dado pode estar relacionado à quantidade trazida na embalagem secundária em relação à quantidade prescrita pelo médico.

Tabela 3: Caracterização do medicamento quanto à venda controlada por legislação específica - 2016.

USO CONTROLADO	
Sim	64
Não	121

Em relação ao descarte feito pela população no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2018, constatou-se uma grande presença de medicamentos controlados, tais como psicotrópicos e antibióticos, o que pode levar a um uso indiscriminado e à dependência química, assim como causar resistência bacteriana. Também pode-se notar a presença de medicamentos expectorantes, antialérgicos e pomadas dermatológicas. No gráfico mostrado na fig. 5, percebe-se que prepondera o medicamento de uso não controlado, com venda mais acessível e estimulada pela mídia.

O armazenamento doméstico desses medicamentos podem causar prejuízos a saúde da população e consequentemente elevar o custo para o Estado em função de tratamentos por intoxicação, alergias, dentre outros problemas.

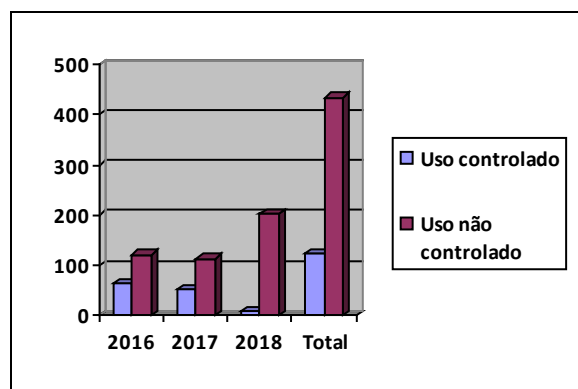


Figura 5: Caracterização do medicamento quanto à venda controlada por legislação específica no período de 2016 a 2017

Levando-se em consideração que embalagem primária é aquela que mantém contato direto com o medicamento, enquanto embalagem secundária é a embalagem externa do produto (comumente chamada de caixa, sendo feita de papel geralmente), que está em contato com a embalagem primária ou envoltório intermediário, podendo conter uma ou mais embalagens primárias, é interessante ponderar a presença de caixa fechada de medicamento numa residência e os riscos que, dependendo da classe do medicamento pode representar para seus moradores, principalmente crianças. Pelos dados mostrados na tabela 4 e na figura 6, evidencia-se embalagens abertas e fechadas tanto em termos de embalagem primária quanto de secundária.

Tabela 4: Caracterização das embalagens dos medicamentos descartados pela população - 2016

EMBALAGENS		
	Primária	Secundária
Aberta	113	132
Fechada	72	37

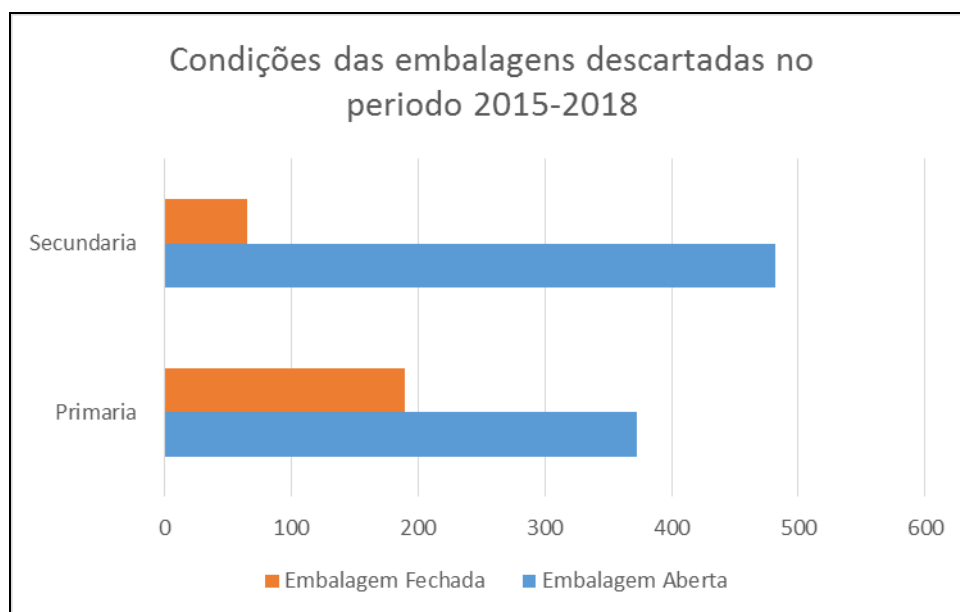


Figura 6: Caracterização das embalagens dos medicamentos descartados pela população no período de 2015-2018

Pelos resultados apresentados na tabela 5 e no gráfico da fig. 7, percebe-se que a população do município armazena muitos medicamentos vencidos em suas residências e mesmo os não vencidos, após sobrar do que foi prescrito. Mesmo os medicamentos não vencidos não deve ser utilizado posteriormente sem prescrição médica porque pode implicar em diminuição da eficácia do tratamento.

Tabela 5: caracterização quanto à validade dos medicamentos descartados pela população.

VALIDADE NO DIA DA ENTREGA	
VENCIDOS	139
NÃO VENCIDOS	37
DESCONHECIDA	9

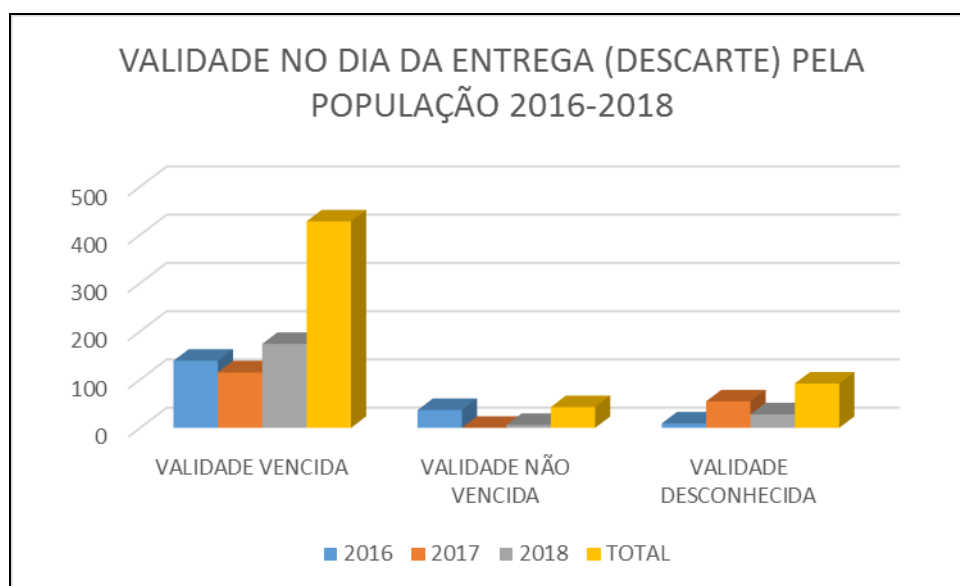


Figura 7: Caracterização quanto à validade dos medicamentos descartados pela população.

Este costume de grande parte da população brasileira possuir medicamentos em sua residência, acumulando-os de forma a constituir o que se pode denominar de “farmácia caseira” requer um olhar e um tratamento especial dos órgãos de saúde. Durante a entrega, muitos relataram que guardavam, por não saber o que fazer com os medicamentos vencidos ou com as sobras, o que indica a necessidade de orientação permanente em saúde sobre o ciclo de vida dos medicamentos ao consumidor final.

Segundo a conceituação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (BRASIL, 2009) medicamento é todo “produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico”. Por sua finalidade de cura e retorno à saúde, é importante que se entenda que seu consumo deve ser consciente e comedido, assim como o seu descarte precisa ser adequado para evitar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Considerando que todos os medicamentos descartados pela população adequadamente terão uma destinação final também adequada, pode-se pensar nos benefícios à saúde e ao meio ambiente, tanto em termos de quantidade, como de qualidade, devido à grande variedade de classes de medicamentos que descartados no vaso sanitário, no lixo comum da residência ou simplesmente, direto no solo de terrenos baldios, trariam sérios danos ambientais e à saúde.

CONCLUSÃO

Pela análise realizada conclui-se que é necessário uma política de controle e sensibilização da população para evitar este armazenamento e prevenir tais doenças, proporcionando uma saúde melhor para a população. O que reforça a importância da campanha lançada em 2015 no município de Itapemirim.

Pode-se concluir ainda que a campanha tem que continuar até ocorrer mudança de hábito, valendo-se de material gráfico, palestras, atividades lúdicas, num trabalho de educação permanente em saúde. A população precisa parar de guardar as sobras de medicamentos.

Sobre os efeitos da campanha de descarte correto, foi possível concluir que foi válida e houve boa aceitação por parte da população. Foi oportuna a intervenção do município para orientar os seus cidadãos sobre os riscos do armazenamento e do descarte incorreto de medicamentos vencidos ou de sobras de medicamentos.

A análise realizada neste estudo oferece muitas possibilidades de novos estudos ou pesquisas sobre o assunto tanto no campo farmacêutico, quanto nas áreas de saúde pública e saneamento no componente resíduos sólidos.

Por fim, recomenda-se uma política de controle e sensibilização da população, por meio de um programa municipal, para evitar este armazenamento e prevenir seus riscos, proporcionando uma saúde melhor para a população, assim como eliminar o seu descarte inadequado, contaminando o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, T.O.S., MACHADO, C.S.R., COSTA, S.C.C., ALENCAR, B.R. Descarte de medicamentos: uma análise da prática no Programa Saúde da Família. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.7, pp.2157-2166. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014197.09142013>.
2. BRASIL(2006) MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 85-334-1176-6
3. BRASIL (2009). MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 64 de 18 de dezembro de 2009, que “Dispõe sobre o registro de radiofármacos”.
4. BRASIL (2018). MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222 de 29 de março de 2018, que “Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.”
5. FERREIRA PINTO, G.M., SILVA, K. R., PEREIRA, R.F.A.B., SAMAPIO, S. I. Estudo do descarte residencial de medicamentos vencidos na região de Paulínia (SP), Brasil. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v.19, n.3, p219-214, jul/set 2014.
6. GUERRIERI, F.M., HENKES, J.A. Análise do descarte de medicamentos vencidos: um estudo de caso no município de Rio das Ostras (RJ). *Gestão sustentável e Ambiental*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 566 - 608, abr./set. 2017.